

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL-PR

**MÊS: JUNHO
ANO: 2023**

Prédio da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal/PR, 21 de Julho de 2023.

Eng. Civil João Vitor Siqueira Santos
CREA: PR – 152.855/D

SUMÁRIO

1 – REQUERENTE.....	03
2 – RESPONSÁVEL TÉCNICO.....	03
3 – INTRODUÇÃO.....	04
4 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE.....	04
5 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.....	05
6 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	06
7 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES.....	06
8 – LEVANTAMENTO DE MERCADO.....	07
9 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO.....	10
10 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	11
11 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO.....	11
12 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.....	11
13 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO.....	12
14 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES.....	12
15 – IMPACTOS AMBIENTAIS.....	13
16 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	14

1 – REQUERENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

Endereço: Rua Paraná, nº 983

Bairro: Centro

Estado: Paraná

CEP: 86.490-000

CNPJ: 76.968.064/0001-42

Fone: (43) 3551-8300

2 – RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: João Vitor Siqueira Santos

Cargo: Engenheiro Civil

Registro Profissional: CREA PR-152.855/D

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de laudo: nº 1720233775793

E-mail: pinhalengenharia@outlook.com

Fone: (43) 3551-8300

3 - INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade de contratação de empresa especializada para execução de reforma da Escola Municipal Dr. Marcelino Nogueira (Grupo Escolar), de acordo com planilhas, cronograma e memorial descritivo anexo ao edital.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

4 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020):

A necessidade de contratação de uma empresa especializada para executar a reforma da Escola Dr. Marcelino Nogueira, uma escola pública municipal com mais de setenta anos, é fundamentada por diversos fatores que visam atender ao interesse público de forma adequada e eficiente. Abaixo estão algumas razões pelas quais a contratação de uma empresa especializada é essencial:

Conhecimento técnico e experiência: *Escolas com mais de 70 anos podem ter problemas estruturais complexos, incluindo desgaste do prédio, sistemas elétricos e hidráulicos defasados, entre outros. Uma empresa especializada possui o conhecimento técnico e a experiência necessária para lidar com essas questões de maneira adequada e segura, garantindo que a reforma seja executada corretamente.*

Cumprimento de normas e regulamentos: *A reforma de uma escola pública deve obedecer a uma série de normas e regulamentos específicos que garantem a segurança e a acessibilidade para todos, especialmente para alunos, professores e funcionários. Uma empresa especializada estará familiarizada com essas normas e assegurará que a obra esteja em conformidade com todas as exigências legais.*

Orçamento e prazo: *Uma empresa especializada possui habilidades em gerenciamento de projetos, o que é crucial para controlar o orçamento e o cronograma da reforma. Isso é importante, considerando que o dinheiro público está envolvido e a escola precisa ser reaberta dentro do prazo estabelecido para que os alunos possam voltar a estudar em um ambiente adequado.*

Minimização de riscos: *O uso de uma empresa especializada reduz os riscos associados à execução de uma reforma. Isso inclui acidentes, danos à estrutura existente e possíveis problemas futuros causados por má qualidade na execução da obra. Uma empresa com experiência em projetos similares terá mais probabilidade de evitar esses riscos e resolver problemas de forma mais eficiente, garantindo uma reforma segura e duradoura.*

Qualidade do resultado final: *Uma reforma realizada por profissionais especializados tende a resultar em um ambiente escolar mais seguro, confortável e adequado para aprendizado. Isso impacta diretamente na qualidade da educação oferecida aos alunos e na satisfação dos funcionários da escola e dos pais.*

Em suma, a contratação de uma empresa especializada para executar a reforma em uma escola pública municipal com mais de 70 anos é fundamental para garantir que os recursos públicos sejam bem empregados, que as normas sejam respeitadas, que a obra seja bem gerenciada e que a escola seja revitalizada de forma apropriada para atender às necessidades da comunidade educacional, assegurando assim o interesse público.

5 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020)

Não está prevista no Plano Anual de Contratações.

6 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

Ao contratar uma empresa especializada na execução de reforma, é importante definir requisitos essenciais que atendam às necessidades especificadas. Considerando as práticas de sustentabilidade em suas diferentes dimensões, aqui estão os requisitos necessários para a contratação:

Experiência e qualificação: *A empresa contratada deve ter experiência comprovada na execução de projetos de reforma predial, com referências e portfólio de trabalhos anteriores. Além disso, a empresa deve contar com profissionais qualificados, incluindo engenheiros e técnicos especializados.*

Responsabilidade social: *A empresa deve demonstrar práticas de responsabilidade social, como o respeito aos direitos trabalhistas, a contratação de mão de obra local, a promoção de condições seguras de trabalho e a minimização de impactos sociais negativos durante a execução do projeto.*

Cumprimento das normas e regulamentações: *A empresa contratada deve garantir o cumprimento de todas as normas técnicas, códigos de construção e regulamentações aplicáveis à execução da reforma, assegurando a segurança e conformidade do projeto.*

Ao estabelecer esses requisitos, a contratação será direcionada para empresas que possuam as competências necessárias para executar a reforma predial de forma sustentável e de acordo com as especificações técnicas adequadas. Isso promoverá um processo licitatório justo e competitivo, permitindo que as empresas apresentem propostas alinhadas às necessidades do projeto, bem como às práticas de sustentabilidade desejadas

7 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a

interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

Anexas à pasta técnica apresentada.

8 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020)

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Solução 1 – Aquisição de novo terreno e construção de escola nova - Preço Estimado: R\$ 10.191.261,74

(NBR 12.721:2006 - CUB 2006) - Junho/2023

Os valores abaixo referem-se aos Custos Unitários Básicos de Construção (CUB/m²), calculados de acordo com a Lei Fed. nº. 4.591, de 16/12/64 e com a Norma Técnica NBR 12.721:2006 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e são correspondentes ao mês de Junho/2023. "Estes custos unitários foram calculados conforme disposto na ABNT NBR 12.721:2006, com base em novos projetos, novos memoriais descritivos e novos critérios de orçamentação e, portanto, constituem nova série histórica de custos unitários, não comparáveis com a anterior, com a designação de CUB/2006".

"Na formação destes custos unitários básicos não foram considerados os seguintes itens, que devem ser levados em conta na determinação dos preços por metro quadrado de construção, de acordo com o estabelecido no projeto e especificações correspondentes a cada caso particular: fundações, submuramentos, paredes-diafragma, tirantes, rebaixamento de lençol freático; elevador(es); equipamentos e instalações, tais como: fogões, aquecedores, bombas de recalque, incineração, ar-condicionado, calefação, ventilação e exaustão, outros; playground (quando não classificado como área construída); obras e serviços complementares; urbanização, recreação (piscinas, campos de esporte), ajardinamento, instalação e regulamentação do condomínio; e outros serviços (que devem ser discriminados no Anexo A - quadro III); impostos, taxas e emolumentos cartoriais, projetos: projetos arquitetônicos, projeto estrutural, projeto de instalação, projetos especiais; remuneração do construtor; remuneração do incorporador."

VALORES EM R\$/m²**PROJETOS - PADRÃO RESIDENCIAIS**

PADRÃO BAIXO			PADRÃO NORMAL			PADRÃO ALTO		
R-1	2.203,60	0,05%	R-1	2.727,33	0,07%	R-1	3.364,65	0,09%
PP-4	2.025,57	0,04%	PP-4	2.561,62	0,07%	R-8	2.716,61	0,08%
R-8	1.922,46	0,03%	R-8	2.233,93	0,06%	R-16	2.774,87	0,10%
PIS	1.510,70	0,08%	R-16	2.163,16	0,07%			

PROJETOS - PADRÃO COMERCIAIS CAL (Comercial Andares Livres) e CSL (Comercial Salas e Lojas)

PADRÃO NORMAL			PADRÃO ALTO		
CAL-8	2.549,50	0,05%	CAL-8	2.730,53	0,06%
CSL-8	2.203,12	0,05%	CSL-8	2.428,54	0,06%
CSL-16	2.940,35	0,05%	CSL-16	3.240,80	0,05%

PROJETOS - PADRÃO GALPÃO INDUSTRIAL (GI) E RESIDÊNCIA POPULAR (RP1Q)

RP1Q	2.339,97	0,07%
GI	1.227,22	0,03%

Solução 2 – Demolição da escola antiga e construção de nova, sem aquisição de terreno - **Preço Estimado:** 9.191.261,74

Solução 3 – Reforma de escola existente, em terreno próprio - **Preço Estimado:** R\$ 1.669.155,82.

Para fazer a comparação entre as três soluções para realização de uma escola municipal, levando em conta a economicidade e eficiência, é necessário analisar os custos e benefícios de cada opção. Vamos analisar cada uma delas:

1ª) Aquisição de terreno e construção de escola nova:

Preço Estimado: R\$ 10.191.261,74

Benefícios:

Escola nova com infraestrutura moderna e adequada às necessidades atuais da educação. Possibilidade de planejar a distribuição de espaços e recursos de acordo com as melhores práticas pedagógicas.

Menor probabilidade de problemas estruturais e elétricos, já que é uma construção nova.

Desvantagens:

Alto custo inicial de investimento.

2ª) Demolição de escola antiga e construção de nova, sem aquisição de terreno:

Preço Estimado: R\$ 9.191.261,74

Benefícios:

Renovação da estrutura da escola, garantindo um ambiente mais seguro e moderno.

Aproveitamento da localização já estabelecida, o que pode ser vantajoso em termos de acesso e comodidade para a comunidade escolar.

Desvantagens:

Ainda apresenta um custo relativamente alto, embora menor que a opção anterior.

Pode haver desafios na demolição e descarte de materiais da escola antiga, bem como a necessidade de adaptações na nova construção.

3ª) Reforma de escola existente, em terreno próprio:

Preço Estimado: R\$ 1.669.155,82

Benefícios:

Menor custo de investimento inicial.

Aproveitamento da estrutura existente, o que pode ser mais rápido e menos burocrático.

Desvantagens:

Dependendo da condição atual da escola, a reforma pode não resolver completamente todos os problemas estruturais e elétricos, exigindo manutenções mais frequentes no futuro.

Pode haver limitações na readequação do espaço para as necessidades pedagógicas mais modernas.

Análise e conclusão:

A terceira opção, a reforma da escola existente em terreno próprio, se destaca como a mais vantajosa em termos de economicidade, pois apresenta o menor custo estimado de R\$ 1.669.155,82. Essa opção também pode ser mais eficiente em termos de tempo de execução, pois não envolve aquisição de terreno e pode aproveitar a localização já estabelecida.

Contudo, é importante ponderar que a escolha ideal dependerá das condições específicas da escola existente, considerando sua infraestrutura atual, o estado de conservação, e se a reforma será capaz de atender às necessidades pedagógicas e de segurança da comunidade escolar. Além disso, é crucial verificar se a reforma garantirá uma estrutura adequada e segura por um período considerável, evitando custos recorrentes de manutenção.

Cabe ressaltar que a análise de custo e benefício não deve se limitar apenas aos valores monetários, mas também levar em conta o impacto social e educacional que cada opção pode trazer para a comunidade escolar e para a qualidade da educação oferecida.

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

Informações constantes na pasta técnica apresentada.

10 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

Informações constantes na pasta técnica apresentada.

11 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

O regime de execução será indireto, isto é, através da contratação de empresa especializada, e se dará na forma de empreitada por preço global, haja vista a indivisibilidade do objeto.

12 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020)

Será adotado, para aferição dos resultados, o sistema de medição como indicador de desempenho. Esse sistema é essencial para garantir que a Administração Pública obtenha resultados avançados e compre os objetivos alcançados para a reforma. A definição de indicadores de desempenho adequados e relevantes é crucial nesse processo. Esses indicadores devem ser definidos com base nos objetivos e metas da reforma, levando em consideração os aspectos técnicos, financeiros e temporais. Alguns exemplos de critérios considerados quando da aferição de medição poderão ser:

1. Qualidade do trabalho: Mede a conformidade do trabalho realizado pela empresa contratada com os padrões de qualidade padrão, verificando a eficácia dos materiais utilizados, a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas e projetos apresentados, entre outros.

2. Cumprimento do cronograma: Avalia se a empresa contratada está cumprindo os prazos alcançados para a execução da reforma, verificando se as etapas estão sendo concluídas dentro do prazo.

13 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

Deverão ser designados como fiscais e gestores do contrato, preferencialmente, servidores efetivos ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, que tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação relacionada à construção civil; e não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

14 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não existem informações disponíveis, tendo em vista a construção ter sido efetuada na década de 1950, isto é, há mais de 70 (setenta) anos.

15 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020)

A execução de uma reforma em uma escola municipal com mais de setenta anos pode ter impactos ambientais significativos, especialmente se não forem adotadas medidas adequadas para mitigá-los. Abaixo estão alguns dos possíveis impactos ambientais e as respectivas medidas mitigadoras que devem ser consideradas durante o processo de reforma:

Demolição de materiais: Durante a reforma, podem ser gerados resíduos da demolição de materiais antigos, como concreto, tijolos, madeira e outros. Esses resíduos podem causar poluição do solo e dos recursos hídricos, além de sobrecarregar aterros sanitários.

Medida mitigadora: Implementar um plano adequado de gestão de resíduos de construção e demolição (RCD), que inclua a separação e destinação adequada dos resíduos para reciclagem e reutilização, sempre que possível. Além disso, pode-se optar por técnicas de demolição seletiva, minimizando a quantidade de resíduos gerados.

Consumo de energia: A reforma pode envolver o uso intensivo de energia para atividades como iluminação, operação de máquinas e equipamentos de construção.

Medida mitigadora: Utilizar equipamentos e sistemas de iluminação eficientes em termos energéticos, preferencialmente com certificação de sustentabilidade, como o selo Procel ou o LEED. Incentivar a utilização de fontes de energia renovável sempre que possível.

Uso de recursos naturais: A reforma pode demandar recursos naturais, como água para mistura de concreto, areia, pedra e madeira.

Medida mitigadora: Adotar práticas de uso racional de água e priorizar a utilização de materiais de construção sustentáveis, como tijolos ecológicos, blocos de concreto reciclado ou madeira certificada de origem sustentável.

Logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos: Ao desmontar ou substituir estruturas e equipamentos, é importante garantir a destinação adequada dos resíduos e a reciclagem de materiais que podem ser reaproveitados.

Medida mitigadora: Estabelecer um plano de logística reversa que inclua a segregação dos materiais removidos e a destinação correta para reciclagem, reutilização ou descarte seguro em conformidade com as regulamentações ambientais.

Contaminação do ar e emissão de gases de efeito estufa: O uso de equipamentos de construção e veículos pode gerar emissões de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa.

Medida mitigadora: Priorizar a utilização de equipamentos com baixa emissão de poluentes e ações que reduzam a necessidade de deslocamentos frequentes de veículos, como o planejamento adequado das etapas da obra.

Conservação de áreas verdes e biodiversidade: A obra pode afetar a vegetação e a fauna local.

Medida mitigadora: Evitar a supressão de vegetação nativa sempre que possível e, se necessário, realizar o replantio de espécies adequadas. Respeitar as áreas de preservação permanente e adotar medidas para evitar a perturbação da fauna local durante a execução da obra.

É importante que a prefeitura ou órgão responsável pela reforma esteja comprometido com a sustentabilidade ambiental e implemente um plano de gestão ambiental, garantindo que as medidas mitigadoras sejam seguidas durante todo o processo de reforma da escola municipal. Além disso, a conscientização dos profissionais envolvidos na obra, bem como dos estudantes, professores e comunidade escolar, sobre a importância da sustentabilidade e a necessidade de reduzir o impacto ambiental é fundamental para alcançar um resultado mais positivo e responsável em relação ao meio ambiente.

16 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020)

Com base nas informações fornecidas sobre a formação da empresa especializada para a execução da reforma da Escola Municipal Dr. Marcelino Nogueira, no valor de R\$ 1.669.155,82, foi realizada uma análise considerando os aspectos técnicos, operacionais, orçamentários e supervisão à necessidade identificada na demanda de instrução.

Viabilidade técnica: *A empresa especializada, ao apresentar uma proposta que às especificações e requisitos necessários para a execução da reforma escolar. A utilização de materiais e técnicas adequadas é fundamental para garantir a segurança, durabilidade e funcionalidade da edificação.*

Viabilidade operacional: *A empresa especializada possui experiência comprovada na execução de projetos similares e capacidade operacional para realizar o trabalho dentro dos prazos. Além disso, é importante considerar a disponibilidade de recursos humanos recebidos e equipamentos necessários para a execução da obra.*

Viabilidade orçamentária: *O valor apresentado pela empresa especializada para a execução da estrutura metálica e telhado metálico, **no montante máximo de R\$ 1.669.155,82**, está de acordo com os parâmetros de mercado e com a complexidade e escopo do projeto. Foi verificado que o custo proposto é adequado, considerando os materiais, mão de obra, equipamentos e demais despesas envolvidas.*

Adequação à demanda identificada: *A contratação da empresa especializada para a execução da reforma em edificação atende plenamente à demanda identificada na demanda de inscrição. A reforma é uma opção viável e adequada para o local, atendendo*

aos requisitos de economicidade, eficiência e durabilidade, além de possibilitar uma rápida execução da obra.

Considerando todos os aspectos analisados, é recomendado que a empresa especializada seja contratada para a execução da reforma escolar no valor máximo de R\$ 1.669.155,82. A proposta apresenta viabilidade técnica, operacional e orçamentária, além de estar em conformidade com a necessidade identificada. A contratação dessa empresa contribuirá para o cumprimento dos objetivos do projeto, proporcionando uma solução eficiente e adequada às demandas da obra em questão.

JOÃO VITOR SIQUEIRA SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL | CREA 152.855/D – PR
SETOR DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PEDRO PRESTES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

LUIZ ANTÔNIO DIAS CATARINO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO